



GESTÃO DE CONTAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CRISE: ESTUDO NO CONTEXTO DE UM PEQUENO MUNICÍPIO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

PUBLIC ACCOUNTS MANAGEMENT IN TIMES OF CRISIS: A STUDY IN THE CONTEXT OF A SMALL MUNICIPALITY IN CENTRAL-WEST BRAZIL

Josélia Batista Dias de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0002-3976-7343>

Marco Paulo Guimarães²

<https://orcid.org/0000-0002-7071-3685>

Marcos Fernandes-Sobrinho³

<https://orcid.org/0000-0002-7563-6914>

Recebido em: 24 fev. 2023

Aceito em: 11 abr. 2023

Como citar este artigo: BATISTA DIAS DE SOUZA, J.; PAULO GUIMARÃES, M.; FERNANDES-SOBRINHO, M. GESTÃO DE CONTAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CRISE: ESTUDO NO CONTEXTO DE UM PEQUENO MUNICÍPIO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: PUBLIC ACCOUNTS MANAGEMENT IN TIMES OF CRISIS: A STUDY IN THE CONTEXT OF A SMALL MUNICIPALITY IN CENTRAL-WEST BRAZIL. *Revista Visão: Gestão Organizacional*, Caçador (SC), Brasil, v. 12, n. 1, p. 194–216, 2023. DOI: 10.33362/visao.v12i1.3066. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3066>.

Resumo: O artigo tem como enfoque a gestão de contas públicas em tempos de crise. Seu objetivo principal foi analisar de forma propositiva as contas de um pequeno município do Centro-Oeste Brasileiro e, portanto, sendo destacado o trabalho da equipe gestora deste ente federativo para conseguir enfrentar o prevalente cenário de crise. Para tanto, utilizou-se de um conjunto misto de métodos que se caracterizaram na tipologia quali-quantitativa como, por exemplo, realizou-se um estudo de caso junto aos gestores públicos do local, bem como aplicou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, esta última viabilizada pelo acesso aos meios de transparência dos gastos municipais, tendo sua abrangência comparativa entre os anos 2015 e 2018. Destarte, com esse estudo foi possível chegar à percepção de que tal

¹ Mestra em Gestão e Auditoria Ambiental (UNINI) e Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Organizacional (UFCAT). Universidade Federal de Catalão e Universidade Estadual de Goiás. E-mail: joseliabd@gmail.com.

² Doutor em Ciências Mecânicas (UnB) e Mestre em Engenharia Mecânica (UFSC). Universidade Federal de Catalão. E-mail: marcopauloufg@gmail.com.

³ Doutor em Educação em Ciências e Matemática (UnB). Instituto Federal Goiano e Universidade Federal de Catalão. E-mail: marcos.sbf@gmail.com.

município enfrentava à época limitações em sua gestão de contas, o que se deveu à crise econômica desde aquele período e à redução nos repasses financeiros e arrecadações diversas em seus fundos. A presente situação criou um desequilíbrio que contribuiu para que serviços básicos à população fossem afetados, entre eles: a oferta de ensino, os serviços de saúde e de saneamento básico. Mediante isso, foi notória, também, a identificação da necessidade de que nos pequenos municípios brasileiros, semelhantemente ao pesquisado, os gestores busquem ter maior respeito aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como aos princípios administrativos, a fim de se conduzir dentro da eficiência e da eficácia as contas locais, mesmo em períodos de crises, de modo a garantir a continuidade dos atendimentos à coletividade em curto e longo prazo.

Palavras-Chave: Gestão de contas públicas. Crise econômica. Lei de responsabilidade fiscal. Transparência.

Abstract: The article focuses on the management of public accounts in times of crisis. Its main objective was to proactively analyze the accounts of a small municipality in the Brazilian Midwest and, therefore, highlighting the work of the management team of this federative entity to be able to face the prevailing crisis scenario. For that, a mixed set of methods was used that were characterized in the quali-quantitative typology, for example, a case study was carried out with the public managers of the place, as well as applied the bibliographical research and the documentary research, the latter made possible by access to the means of transparency of municipal expenses, with its comparative scope between the years 2015 and 2018. Thus, with this study it was possible to arrive at the perception that this municipality was facing limitations in its account management at the time, which was due to the economic crisis since that period and the reduction in financial transfers and collections of various funds. The current situation has created an imbalance that has contributed to affecting basic services for the population, including: education, health and basic sanitation services. Through this, it was also notorious the identification of the need that in small Brazilian municipalities, similarly to the one researched, managers seek to have greater respect for the principles of the Fiscal Responsibility Law, as well as the administrative principles, in order to conduct themselves within the efficiency and effectiveness of local accounts, even in periods of crisis, in order to guarantee the continuity of services to the community in the short and long term.

Keywords: Management of public accounts. Economic crisis. Fiscal responsibility law. Transparency.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a gestão de contas públicas em tempos de crise, tendo como enfoque um pequeno município do interior da Região Centro-Oeste do Brasil. Tal construção dá-se por meio do emprego de métodos de pesquisa mistos e que cooperam à reflexão analítica da situação local.

Cumprir destacar que não são raras às vezes em que nos deparamos com matérias em jornais, *sites*, entre outros meios de comunicação sobre aspectos inerentes à gestão de contas

públicas em diferentes contextos no Brasil.

Atualmente, o país se depara em situação de busca por equilíbrio financeiro, econômico e político, em decorrência das correspondentes crises instaladas antes e a partir do período de 2008, além de outros fatores que contribuíram com a desestabilização da economia nacional, implicando incertezas e desajustes nas contas dos governos nas esferas municipal, distrital, estadual, federal (MACHADO, 2017).

Contudo, nesse cenário, as instâncias municipais são as mais afetadas pelas decisões da União quanto a essa questão, em que a redução de repasses de recursos e de incentivos aos municípios é visível, o que aponta para a sensibilidade das contas dessas localidades, isso na medida em que as variáveis incontroláveis despontam.

Tais variáveis incontroláveis relacionam-se a pontos que fogem ao controle dos gestores em organizações públicas e privadas, e que de acordo com Vasconcellos Filho (1979) fazem parte do ambiente externo repercutindo na construção oras de oportunidade e oras de ameaças. Esses aspectos são entendidos das seguintes formas:

[...]. Ameaça: situação desfavorável, que tende a influenciar negativamente o desempenho da organização. Por exemplo, o lançamento de um novo produto do concorrente, com preço competitivo e qualidade superior. [...]. Oportunidade: situação favorável, que pode influenciar positivamente a performance da organização. Por exemplo, a identificação de demanda insatisfeita no mercado onde a organização atua, sendo que esta tem recursos para suprir tal demanda (VASCONCELLOS FILHO, 1979, p. 122, grifos do autor).

Enfim, no caso das organizações públicas, em se tratando de ameaças, essas são representadas por situações como crises econômicas nacionais e internacionais e a própria corrupção que são aspectos que desfavorecem os objetivos governamentais e que fogem ao domínio dos gestores.

O município – campo da presente investigação, por sua vez, não se isolou dessa realidade, e cotidianamente é possível identificar serviços ligados à saúde, educação, transporte rural, geração de emprego e renda, entre outros, que não têm sido executados dentro do que seria visto como ideal para a promoção da cidadania e de desenvolvimento social nesse contexto.

Torna-se relevante estudar e refletir sobre essa temática não apenas para conhecer os aspectos dentro das contas públicas municipais que geram esses conflitos, mas a partir das descobertas obtidas contribuir para o surgimento de ideias que ajudem a conduzir a mudanças necessárias, inclusive para a otimização das receitas e o uso eficiente dos recursos públicos de modo a atender a sociedade com maior plenitude.

Desta maneira, com esse estudo, busca-se responder às seguintes questões de pesquisa: como ocorre a gestão das contas públicas no município? Quais as limitações relacionadas a essa questão? De que forma o município está sendo afetado pelo cenário de

crise nacional? Existem estratégias para otimizar as receitas municipais e melhorar os serviços públicos, inclusive a resolução de outros problemas sociais presentes na localidade?

A partir de estudos como os evidenciados em Santos (2012) e Castilho (2016) tem-se que muitos municípios possuem limitações quanto à gestão de suas contas devido a crises nacionais, de maneira que, o Governo Federal terminou por diminuir os repasses para esses entes nos últimos anos. Nisso, os governos municipais têm dificuldades em manterem o funcionamento de serviços básicos à população, de forma que suas gestões não possuem uma estratégia definida que possa sanar o problema de déficit de receita, do aumento dos gastos e da dívida local.

Portanto, o objetivo geral desse estudo é analisar de forma propositiva as contas públicas do município pesquisado (MP). E ainda, os objetivos específicos são: realizar o levantamento dos dados inerentes a receitas e despesas do local, tomando por base o mês de março de quatro anos consecutivos (2015 a 2018), bem como as informações gerais dos fundos municipais; enfim, estudar a partir de pesquisa junto a gestores locais, as possibilidades de otimização das receitas e estratégias para gerenciar melhor os gastos públicos municipais; e, por último, apurar através de depoimentos de representantes da gestão pública municipal a realidade local, os problemas relacionados e outros dilemas associados às contas públicas e ao cenário de crise atual.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta parte teórica houve a realização da pesquisa bibliográfica, a qual de acordo com Córdova e Silveira (2009) termina por fundamentar o trabalho investigativo para se construir as noções básicas sobre o tema em abordagem. E ainda, teve-se buscas iniciais em dados documentais que refletem sobre o presente assunto.

ASPECTOS INERENTES À GESTÃO DE CONTAS PÚBLICAS

O estudo de gestão de contas públicas é, de fato, algo de grande relevância para o entendimento das realidades de atuação dos governos nas diferentes instâncias.

Com isso, a partir de estudos em Santos (2000) é possível chegar à percepção de que ao tratar-se de gestão de contas no âmbito público, a reflexão em torno do chamado contrato social, tem seu devido valor, considerando que este foi teoricamente firmado entre o Estado e a sociedade, conforme destaca o trecho a seguir:

O contrato social é a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna, uma obrigação complexa e contraditória porque foi estabelecida entre homens livres e, pelo menos em Rousseau, para maximizar e não para minimizar essa liberdade. O contrato social é assim a expressão de uma tensão dialéctica entre regulação social e

emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum (SANTOS, 2000, p. 5).

Partindo disso, é perceptível que a gestão de contas públicas acaba por comportar elementos do próprio contrato social, uma vez que, para gerenciar aquilo que envolve a coletividade por parte do Estado é, antes de tudo, necessária a compreensão de que o interesse comum deve vir sempre acima do particular, vindo tal elemento a compreender o princípio da impessoalidade, que de certo modo rebate privilégios, bem como o da própria moralidade, caracterizada pela boa fé, pela legalidade e a probidade nos atos públicos (CASTILHO, 2016).

Mediante isso, releva-se destacar que a gestão das contas públicas consiste numa das principais responsabilidades ligadas à atuação dos gestores públicos, o que, segundo Coelho (2009), pode abranger o dever de prestar contas, que também se associa ao princípio constitucional da publicidade.

De certa maneira, como fomenta Castilho (2016), as contas públicas e a boa gestão das mesmas pelo poder estatal são aspectos que estão interligados com os propósitos democráticos os quais constituem a sociedade contemporânea brasileira e que servem para garantir a transparência dos atos e das decisões políticas, de forma a diminuir as injustiças sociais e as práticas de corrupção.

Assim sendo, a atividade de gestão de contas nas distintas esferas governamentais acaba por interagir com as políticas públicas que são construídas para garantir direitos e fortalecer o cumprimento dos princípios constitucionais do Estado (RUA, 2012).

Nesse caso, o gestor público, ao promover políticas públicas e realizar atos que se relacionam com a utilização de recursos neste contexto, termina por contrair como de *práxis* a responsabilidade de prestar contas e ao mesmo tempo de gerir e monitorar adequadamente esses processos que demandam o trabalho de controle interno, realizado no ambiente da própria controladoria da gestão, e de controle externo, deflagrado por outros órgãos reguladores e fiscalizadores do poder público (FURTADO, 2007), aspectos que confirmam-se abaixo:

No Brasil, as atividades de controle interno e externo têm previsão na Constituição de 1988, que estabelece como:

- Controle interno aquele realizado pelos próprios órgãos do aparelho estatal, como a Controladoria Geral da União e suas subunidades; e
- Controle externo aquele efetivado pelo Poder Legislativo, que conta com o auxílio das cortes de contas, ou seja: o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal e os Tribunais de Contas dos Municípios (RUA, 2012, p. 117).

Tal qual apresenta Rua (2012), o termo inglês *accountability*, cujo significado é prestar contas, relaciona-se com o processo de cidadania, democracia e ao mesmo tempo com o

controle dos cidadãos sobre os atos dos representantes ou agentes do Estado, também este compreende o processo construído no que toca à transparência das contas públicas.

Nesse mesmo pensar, pode-se apontar, como ressalta Paoli (2000), que a democracia enquanto representação de força popular e de luta pela garantia de direitos deve ser fortalecida no intuito de combater privilégios e as formas de cerceamento da liberdade de imposição social frente às desigualdades e injustiças constantes num mundo capitalista e globalizado.

É interessante o entendimento de que na gestão de contas públicas é necessário se pensar em um modelo de gerir que possa construir um elo entre a sociedade e o Estado, dando-se preferência, como pontua Paula (2005), à gestão que trabalha na linha sociopolítica ou societal na qual os cidadãos são reconhecidos e lembrados no processo decisório.

Infelizmente, nota-se que o modelo gerencial que prioriza aspectos nas dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa termina por ser o mais adotado na gestão pública em geral, tendo-se por muitas vezes um padrão definido e acabado, que no geral, ainda valoriza interesses particulares disfarçados de interesses coletivos (PAULA, 2005).

Em suma, como já discorre Denhardt (2012), no processo de gestão de contas, o gestor deve considerar que nos gastos erigidos em seu governo, além de ter de cumprir com os princípios legais constituídos (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) deve atentar-se para o fato de que a própria sociedade e outras formas de controle estão a fiscalizá-lo, e aptos a buscar sanções mediante infrações evidenciadas.

GESTÃO DE CONTAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE CRISE: DESAFIOS

Como destaca Santos (2012), na esfera nacional e internacional boa parte dos sistemas de governo já enfrentou em maior ou menor grau situações nas quais crises econômicas vieram a colidir com interesses de trabalho em progresso.

Nesse contexto, evidencia-se a Crise de 29 (ou Crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque) e entre outras, que de acordo com Santos (2012), também colaboraram de forma histórica para retardos no crescimento econômico e social do país.

De certa maneira, o governo brasileiro, em consequência não apenas de crises de ordem econômica ou social, mas também por questões típicas de falhas e despreparo em gestão de contas, veio a contribuir para regressões diversas e para a ocorrência de pioras em indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), a redução na capacidade de emprego, o aumento da inflação, e diversos problemas estruturais e conjunturais, os quais afetaram diretamente a sociedade, e tendo maior impacto na realidade das famílias mais carentes (SANTOS, 2012).

Segundo Barbosa Filho (2017, p.1), no que toca a atual situação de crise pela qual

passa o Brasil, pode-se apontar que: “[...] a crise de 2014/2017 é fruto de uma combinação de choques de oferta e demanda resultado de erros de política econômica. Esses choques produziram uma redução da capacidade de crescimento da economia brasileira e risco de insolvência das finanças públicas”.

Nessa reflexão de Barbosa Filho (2017), é pertinente considerar aspectos que em um processo de gestão de contas públicas podem levar toda uma política de governo a não permear os caminhos pretendidos, bem como, resultar em percalços que afetam diretamente a vida em sociedade.

O próprio interesse desesperador em acompanhar o processo de globalização ao longo da história política e econômica brasileira permitiu que dívidas fossem contraídas para se dar ênfase ao desenvolvimentismo e à correção dos atrasos ocasionados por longas fases de governo colonial e autoritário, além dos excessos burocráticos (DE OLIVEIRA, 2006).

E ainda, conforme destaca Motta (1986), a burocracia em seus diversos sentidos acaba por racionalizar os processos de trabalho, garantir o controle e o poder por parte do Estado por sobre a vida social. No entanto, essa característica, que também anda ao lado do sistema democrático, acaba por limitar o trabalho do gestor público e oras a influenciar na condução negativa do cumprimento de obrigações junto à sociedade, devido ao seu potencial paralisador (MOTTA, 1986).

Partindo disso, cumpre evidenciar a burocracia e outras ferramentas do Estado não podem ser empregadas para tolher o processo democrático na sociedade, o que também aplica-se ao contexto da gestão de contas públicas. Mesmo em momento de crise, à sociedade deve ser garantida a devida participação e possibilidades de opinar em diferentes assuntos a esta relacionados (PAOLI, 2000).

Como salienta Oliveira (2000), especialmente a partir dos anos 90 muitos gestores públicos no Brasil passaram a utilizar o processo de privatização do público como maneira de tentar diminuir a sua responsabilidade e ao mesmo tempo de gerenciar, de arrecadar mais fundos e de controlar melhor os gastos de natureza pública em face das condições de crise.

Essa situação é atualmente um dos desafios para os gestores públicos, especialmente porque nem sempre se tem um índice de governabilidade esperado, ou seja, apoio político, uma vez que, os atores políticos diversos se levantam para banir possíveis mudanças bruscas, ainda que essas sejam para possibilitar ajustes na gestão das contas públicas (LEITE JÚNIOR, 2012).

Em Barbosa Filho (2017, p.1) a atual crise é caracterizada, logo a seguir:

A economia brasileira encontra-se formalmente em recessão desde o segundo trimestre de 2014, segundo o Comitê de Datação do Ciclo Econômico (CODACE) da Fundação Getúlio Vargas. O produto *per capita* brasileiro caiu cerca de 9% entre 2014 e 2016. Essa situação cria um ambiente de forte pressão para uma pronta recuperação da economia brasileira. No entanto, a saída da recessão depende de uma

compreensão adequada de suas causas. [...]. A crise resulta de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Primeiramente, o conjunto de políticas adotadas a partir de 2011/2012, conhecido como Nova Matriz Econômica (MNE), reduziu a produtividade da economia brasileira e, com isso, o produto potencial. Mais, esse choque de oferta possui efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos.

As considerações desse autor são pertinentes e apresentam relações de natureza econômica e produtiva com a crise. No entanto, Castilho (2016) ainda é mais veemente em entender que na esfera nacional o predomínio de práticas ilegais embasadas no clientelismo, no nepotismo e noutros atos de corrupção terminam por afetar a boa gestão das contas públicas e o surgimento de crises em dimensões incontroláveis.

Também, a partir do que aborda Castilho (2016), entende-se que é desafiador para os gestores em todo o cenário de crise garantir uma gestão eficiente e eficaz dos cofres públicos, ainda mais no que toca a oferta adequada dos serviços públicos à população e ao cumprimento efetivo das determinações legais, considerando-se os sistemas de controle existentes.

A IMPORTÂNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A GESTÃO DE CONTAS E GARANTIA DE EQUILÍBRIO DOS GASTOS PÚBLICOS

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) vem a ser a ser um dos aspectos mais relevantes quando o assunto é a gestão de contas públicas. Essa Lei, que veio a compreender os interesses do Programa de Estabilidade Fiscal, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 04 de maio de 2000 (ainda no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC), a partir da Lei Complementar nº 101. Essa, veio para regular o Art. 63 da Constituição Federal (que foi promulgada em 1988), sendo esta última um ordenamento orientador nas diferentes relações políticas, econômicas e sociais da nação brasileira (Brasil, 2005).

Em complemento, de acordo com apontamentos de Silva (2006), a LRF foi uma medida de grande importância para o trabalho de equilíbrio e de gestão adequada das finanças públicas em todas as esferas de governo do Brasil.

Anterior à edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a economia brasileira vivia uma fase de intensa instabilidade entre o início da década de 1980 e a metade da década de 1990. O período foi marcado por elevados índices inflacionários cujo controle era perseguido reiteradamente com a introdução de planos econômicos inconsistentes, os quais não alcançaram os resultados pretendidos (SILVA, 2006, p. 11).

Assim, a LRF acaba por estar diretamente ligada às medidas erigidas para possibilitar que cada governo se torne responsável pelas ações e gastos que realiza durante o seu mandato, a fim de que a responsabilidade de gestão das finanças públicas recaia sobre cada envolvido neste processo.

Nesse aspecto, como aborda Castilho (2016), os atos do executivo pautados nessa Lei ajudam-nos a se precaverem em situações de crise, mas um grande problema ainda se reside no fato de que a má gestão que advém de décadas em que a LRF não se aplicava, ainda interfere negativamente para as contas dos municípios de pequeno, médio e grande porte no Brasil.

Diante disso, como apresenta o Senado Federal (BRASIL, 2005), a LRF acabou por estabelecer parâmetros que se relacionam com o planejamento das receitas e das despesas públicas, o que veio acompanhado pelas leis orçamentárias, que são exigências para cada gestor que assume o poder executivo, sendo essas distribuídas em: Plano Plurianual (PPA) com projetos para 04 anos, a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) com vigência anual.

MATERIAL E MÉTODOS

Nesta parte está compreendida a metodologia aplicada neste estudo, a qual apresenta com alguns detalhes os métodos empregados durante a pesquisa sobre a temática da gestão de contas públicas do MP.

QUANTO AOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Em princípio, quanto aos objetivos, essa pesquisa é descritiva, uma vez que, são descritos os fenômenos associados ao contexto da pesquisa e ao problema evidenciado, como é o caso da gestão das contas públicas no MP (ZANELLA, 2012).

QUANTO AO MÉTODO E A FORMA DE ABORDAR O PROBLEMA

Bem assim, destaca-se que a presente pesquisa, quanto ao seu método, a abordagem é qualitativa, sendo que a partir dela objetivou-se entender como a gestão municipal tem enfrentado o problema da adequação das contas públicas em momento de crise, no contexto do município citado (ZANELLA, 2012).

QUANTO AOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA COLETA DE DADOS

Já quanto aos procedimentos, foi adotada a pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se trabalhos anteriores sobre a temática, especialmente em artigos, e em trabalhos finais disponíveis em bases de buscas padrões como o SciELO. Empregou-se, ainda, a pesquisa documental, em que se teve acesso a documentos internos, os quais puderam ser analisados na organização pública selecionada, tendo-se a coleta de outros dados disponíveis no portal de transparência da instituição, especialmente no que tocou ao balanço das receitas e despesas

entre os anos de 2015 e 2018.

Por fim, realizou-se um estudo de caso, o qual é um método bastante empregado nas ciências sociais, podendo ser aplicado, por exemplo, numa pesquisa relacionada a uma instituição para melhor obter-se o aprofundamento em torno do conhecimento do problema analisado em seu contexto (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Assim, tal processo veio a permitir maior aproximação com os sujeitos envolvidos na temática, tendo-se a intenção de se buscar dados mais verídicos possíveis, capazes de contribuir para a consecução dos objetivos traçados no estudo (ZANELLA, 2012).

QUANTO AOS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de pesquisa, empregou-se um roteiro de entrevistas, contendo aspectos socioeconômicos e de campo, processo precedido pela devida adesão dos participantes ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de modo que este foi aplicado antes da realização da entrevista com cada participante, ressaltando-se o compromisso de se manter o sigilo dos dados pessoais e entre outros elementos essenciais na ética do estudo científico.

No caso do roteiro, na parte de campo, esse conteve quatro questões específicas sobre o tema. Tal instrumento foi aplicado durante a realização da entrevista (semiestruturada) com os principais representantes da gestão local, sendo eles atuantes na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, na Secretaria Municipal de Finanças (vinculada ao setor de empenho/contabilidade) e diretamente na Prefeitura Municipal (propriamente o prefeito municipal da localidade). Assim, foram entrevistados três dos principais agentes do município, preconizando-se os ideais e os critérios de uma pesquisa qualitativa, e entendendo-se que os participantes escolhidos tinham maior aproximação com o objeto de estudo, enfim, sendo eles os principais atuantes dentro do campo investigado.

Em complemento, tem-se que o público a que se aplicou os instrumentos desse estudo caracterizou-se por indivíduos com idades entre 30 e 45 anos, compreendido por dois homens e uma mulher, com salários superiores a quatro salários mínimos vigentes (estabelecido para R\$ 954,00 em 2018). Quanto ao nível de escolaridade, esses apresentaram ter desde o nível médio completo até o nível superior completo em áreas ligadas especialmente à educação, à contabilidade, além de cursos tecnólogos em gestão pública/serviços públicos.

QUANTO ÀS TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

Tratando-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, esse estudo teve os seus dados analisados em parte por meio das técnicas de análise de conteúdo, que consiste na

análise de dados não numéricos obtidos pelas entrevistas, e por análises métricas simples dos dados numéricos obtidos em documentos, os quais foram representados em tabelas, quadros e figuras gráficas (ZANELLA, 2012; BARDIN, 2011).

O CONTEXTO DE PESQUISA

A pesquisa por completo desenvolveu-se no período de fevereiro a maio de 2018. Cumpre observar que à época (até 2018) o MP possuía aproximadamente 186 anos de emancipação e 278 anos de história desde a sua ocupação pelos bandeirantes que exploraram o seu território para extração de minerais preciosos. O local insere-se na região do Centro-Oeste brasileiro, sendo este visado dentro de políticas sociais e econômicas ligadas ao turismo. Isso se dá em decorrência de seus atrativos naturais e da presença de grupos étnico-raciais que possuem impactos históricos e culturais no País.

A sua população está estimada em aproximadamente 9.000 habitantes (hab.), isso contabilizando-se os moradores da zona rural e urbana. Esse dado tinha estimativa de aumento para cerca de mais de 10.000 hab. até o censo de 2020, que fora prorrogado para 2022, aspectos estes que ajudam a caracterizar o perfil do pequeno município.

Apesar de tudo isso, o lugar ainda possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Estado no qual encontra-se inserido. Aspecto que se agrava ainda mais em um cenário de crise econômica nacional como o que vivemos e que automaticamente obriga o gestor a tomar medidas nem sempre sociais.

No âmbito administrativo, pode-se destacar que, assim como os demais municípios do Brasil, essa localidade também passou por eleições municipais em 2016, de forma que os gestores do período da pesquisa ocupavam as suas funções há pouco mais de um ano.

O trabalho de gestão das contas públicas municipais acontece na Prefeitura, local onde desenvolvem-se os principais processos de controle. Neste cenário, o próprio número de secretarias acabou sendo uma medida de enxugamento dos gastos públicos por parte do prefeito, isso no período da coleta de dados, caindo de cerca de dez no mandato anterior para sete secretarias, a saber: Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente.

Necessariamente, a gestão de contas públicas estava mais concentrada nas atividades das três primeiras secretarias apontadas, além da participação do prefeito municipal, que era o principal gestor do processo. Sendo a atuação desse público de suma importância especialmente na parte de estudo de caso que é melhor detalhado no tópico seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta parte traz os resultados e análises em torno da pesquisa documental e do estudo de caso desenvolvidos no contexto da gestão pública do pequeno MP.

ESTUDO DAS INFORMAÇÕES DOCUMENTAIS INERENTES ÀS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Observou-se que, no período investigado, a principal fonte de dados que a gestão disponibilizava para a sociedade, e que se presta ao controle das contas públicas, era o Portal de Transparência. Este retratava não somente os dados financeiros do município, como também as ações e diversos assuntos que contribuía para a publicidade dos atos e dos gastos públicos, tal qual preconiza o princípio da publicidade (PAOLI, 2000). Enfim, o referido instrumento de comunicação entre governo e sociedade visa cumprir com as leis de acesso à informação em vigência no país (BRASIL, 2011).

O referido portal foi entendido como de suma importância para que a gestão do município pudesse zelar pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelos princípios legais estabelecidos, além de garantir a disponibilização de documentos importantes que prestam conta à sociedade das entradas, despesas, empenhos e pagamentos efetuados pelo gestor público.

Os dados revelaram que, a localidade possuía um total de 10 fundos passíveis de obtenção de receitas naquela época, contando com os fundos específicos da Câmara Municipal dos Vereadores e da Prefeitura Municipal.

No intuito de verificar possíveis variações receiptuárias no município tomou-se por base comparativa as entradas de cada fundo no mês de março (mês de referência) dos últimos quatro anos, como se pode observar na Tabela 1:

Tabela 1 - Variação de receitas (arrecadações) do MP no mês de março dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 (em R\$)

Órgão/Fundo	2015 (março)	2016 (março)	2017 (março)	2018 (março)
Câmara Municipal	120.282,27	130.949,08	0,00	0,00
FMHIS MP ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
FMAS MP ²	73.812,79	133.797,62	63.310,39	0,00
FMS MP ³	566.245,89	849.677,19	362.038,82	0,00
FUMCADMP ⁴	0,00	100,07	338,89	0,00
FUMMAMP ⁵	0,00	26,29	7,48	0,00
FUNDEBMP ⁶	400.206,98	411.403,61	586.451,02	187.385,73
FUNDETUR MP ⁷	10.905,16	76.078,83	13.191,83	0,00
Fundo Municipal de Educação	0,00	350.658,68	405.887,43	0,00
Prefeitura Municipal do MP	2.166.933,44	2.026.909,92	1.853.249,38	52.421,64
Total (R\$)	3.338.386,53	3.979.601,29	3.284.475,24	239.807,37

Órgão/Fundo	2015 (março)	2016 (março)	2017 (março)	2018 (março)
-------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Legenda: 1 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do MP; 2 – Fundo Municipal de Assistência Social do MP; 3 – Fundo Municipal de saúde do MP; 4 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do MP; 5 – Fundo Municipal de Meio Ambiente do MP; 6 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; 7– Fundo de Turismo do MP;

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado na Prefeitura Municipal do MP (2018).

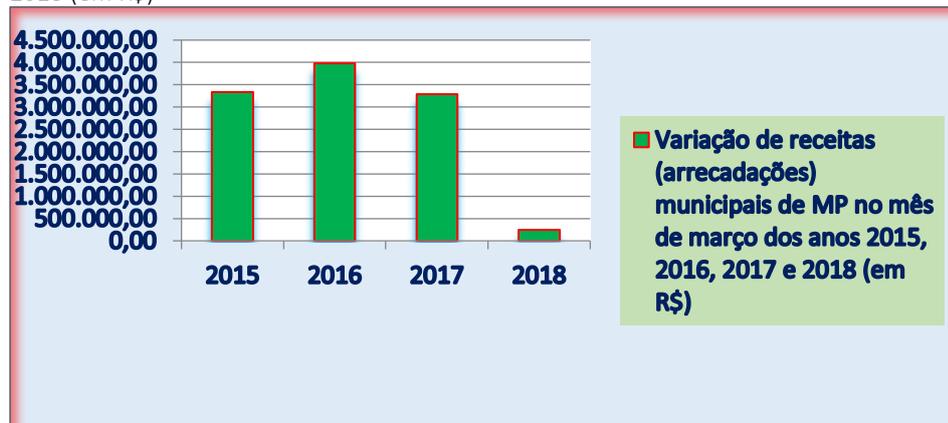
Os dados obtidos da Prefeitura Municipal do MP, em 2018, conforme demonstra a Tabela 1, as receitas obtidas em um período de quatro anos (2015 a 2018), tendo o mês de março como referência, revelam uma realidade que, de acordo com Castilho (2016), em muito se assemelha com a da grande parte dos municípios brasileiros, em que as entradas padrões dos fundos são cada vez menores em decorrência de condições de crise e das medidas tomadas pelos gestores públicos no intuito de gerenciarem tal processo.

É perceptível que, mesmo havendo alguns fundos com uma variação positiva de um ano para o outro, nota-se que o período comparativo seguinte demarca uma diminuição nos recursos. Tal situação é evidente, por exemplo, nas entradas do Fundo Municipal de Saúde (FMS do MP), que conforme demonstra a Tabela 1, os valores que estavam em R\$ 566.245,89 (março de 2015) sofreram um ajuste de quase 50% em março de 2016, porém esses caíram para 64% em relação ao mesmo período de 2015 e para 42,6% em 2017.

No entanto, a queda nas arrecadações municipais tem sido tão alarmante que chegou-se a ter fundos com valores zerados em março de 2018, como tal é a situação do FMS e de outros no período comparado. Mediante esta situação é importante observar que os períodos em que as receitas estiveram zeradas no recorte feito do mês de março isso teve como causa o retardo no recebimento de transferências constitucionais, legais ou voluntárias da União no período. Esta condição enfrentada pelo pequeno município encontra respaldo numa reportagem publicada pelo jornal O Globo em 14 de novembro de 2014, na qual destaca-se que as chamadas manobras fiscais tomadas ainda naquele ano pelo Governo Federal, além de retardarem o repasse de recursos levariam tanto estados quanto municípios a uma condição de instabilidade na gestão orçamentária de seus fundos, principalmente no que toca ao cumprimento de planos realizados para aplicação dos recursos e também ao descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A seguir, na Figura 1, tem-se a demonstração da evolução nominal do total das receitas obtidas pelo município no período de recorte:

Figura 1 - variação de receitas (arrecadações) municipais do MP no mês de março dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 (em R\$)



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado na Prefeitura Municipal do MP (2018).

Assim, a partir do que apresenta a Figura 1, nota-se que o mês de março de 2016 representou o período de maior receita obtida e o mês de março de 2018 compreendeu o menor valor nominal, enquanto a mesma época durante 2015 e 2017, o município teve recebimentos aproximados. Nesse sentido cumpre destacar que relacionando-se esses dados ao contexto da inflação na esfera nacional, partindo do que traz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) os anos referentes tiveram respectivamente períodos de variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) distintos, a saber: 10,67% em 2015, 6,29% em 2016, 2,95% em 2017 e 3,75% em 2018, aspecto que influencia no processo decisório público e na liberação de muitos dos recursos transferidos aos entes federativos.

Por conseguinte, a Tabela 2 apresenta um resumo das despesas de cada categoria de fundo municipal no mesmo período comparativo dos quatro anos analisados (mês de março de 2015, 2016, 2017 e 2018), como pode ser observado, logo abaixo:

Tabela 2 - Variação de despesas municipais empenhadas do MP no mês de março dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 (em R\$)

Órgão/Fundo	2015 (março)	2016 (março)	2017 (março)	2018 (março)
Câmara Municipal	124.537,86	110.969,57	208.323,86	-
FMHIS MP ¹	-	-	-	-
FMAS MP ²	131.414,58	172.114,26	100.165,85	82.081,14
FMS MP ³	798.008,90	746.028,65	513.938,18	443.363,90
FUMCADMP ⁴	-	550,00	-	-
FUMMAMP ⁵	9.746,34	8.648,00	990,00	14.826,06
FUNDEBMP ⁶	430.363,24	465.102,74	406.728,94	530.817,35
FUNDETUR MP ⁷	39.622,12	9.610,28	16.667,22	13.930,76
Fundo Municipal de Educação	-	276.993,54	319.263,37	383.041,97
Prefeitura do MP	1.747.063,69	832.507,05	976.298,09	651.264,82
Total (R\$)	3.280.756,73	2.622.524,09	2.542.375,51	2.119.326,00

Legenda: 1 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do MP; 2 – Fundo Municipal de Assistência Social do MP; 3 – Fundo Municipal de saúde do MP; 4 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Órgão/Fundo	2015 (março)	2016 (março)	2017 (março)	2018 (março)
-------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Adolescente do MP; 5 – Fundo Municipal de Meio Ambiente do MP; 6 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; 7– Fundo de Turismo do MP;

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Prefeitura Municipal do MP (2018).

Os dados apresentados na Tabela 2 demonstram que no geral cada categoria de fundo teve oscilações de suas despesas empenhadas no período de referência (mês de março) ao longo desses quatro anos, notando-se situações de aumentos e de reduções, e vice-versa, fato que requer um controle específico de cada gestor, como bem defende Barbosa Filho (2017). De certa maneira, ao comparar-se a totalidade das despesas e a totalidade das receitas desses fundos, fica notório que houve um equilíbrio parcial na gestão dos recursos, isso porque as entradas estiveram maiores que as saídas. Porém, em alguns momentos há fundos que obtiveram maiores despesas do que receitas. Por exemplo, em março de 2015, o FMS do município pesquisado recebeu R\$ 566.245,89 (receita), e teve um total de R\$ 798.008,90 de despesas a pagar. Obteve-se, durante o processo de entrevista, a informação de que para cobrir o rombo, a gestão buscou efetuar corte de gastos em maior força daqueles que eram considerados supérfluos ou que não afetavam diretamente a vida da população, mas há situações nas quais até os serviços básicos foram prejudicados.

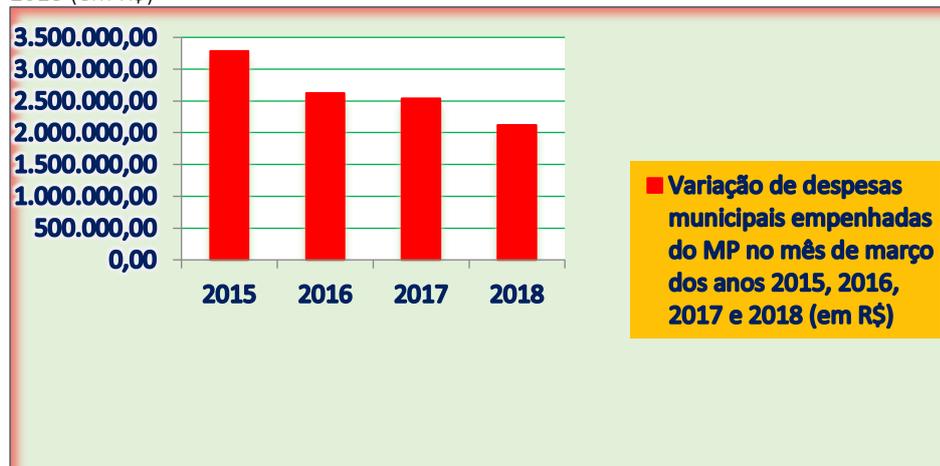
Releva-se considerar, além disso, que os momentos em que o pequeno município teve despesas zeradas ocorreram situações nas quais o empenho fora realizado em determinado mês e compensado no mês seguinte, bem como tal condição deveu-se em parte à falta de recursos em algumas pastas considerando-se nisto os retardos de repasses da União e mesmo do estado, aspecto que potencializou cortes de gastos ou de investimentos pelos gestores locais.

Notou-se, ainda, pelos dados obtidos e tabelados que apesar de ter ocorrido essa redução nas entradas de recursos para o município, neste período observado, as despesas ainda prevaleceram elevadas especialmente nas áreas de saúde e de educação, bem como nas contas ligadas ao fundo próprio da Prefeitura Municipal (PM).

Isto levou a situações de falta de pagamento aos credores no mês em que os empenhos foram realizados, por exemplo: no FMS do MP, em março de 2015, foram empenhados R\$ 798.008,90, porém só conseguiu-se liquidar o valor de R\$ 467.107,27 nesse período. Contudo, essa pesquisa não entra no mérito de trabalhar de forma exaustiva com esses dados, e nesse aspecto apenas se comenta a potencial desequilíbrio que tem como causa inerente a redução das receitas públicas.

A seguir, na Figura 2, tem-se a demonstração da evolução desses dados pertinentes às despesas empenhadas no período de referência:

Figura 2 - Variação de despesas municipais empenhadas do MP no mês de março dos anos 2015, 2016, 2017 e 2018 (em R\$)



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Prefeitura Municipal do MP (2018).

Portanto, pelo que apontam os dados da Figura 2, o pequeno município em questão teve maiores despesas durante o mês de março de 2015 e menores em março de 2018, nesse sentido, comparando-se esses achados com os dados anteriores sobre as receitas, identifica-se o predomínio da relação de interdependência entre receitas e despesas, já que conforme salienta Furtado (2007) a execução orçamentária depende de se ter previsão de saldo, ou ainda, a arrecadação de receitas precede o ordenamento das despesas. Assim sendo, no caso avaliado os gestores nos diferentes fundos tiveram que adotar essa precaução para o gerenciamento dos ganhos, gastos e investimentos decorrentes da atividade pública.

Considera-se observar, também, que os valores trazidos neste estudo no que toca às receitas e despesas são nominais, ou seja, o foco não está em avaliar os ganhos e perdas reais decorrentes da inflação ou deflação do período, o que exigiria uma pesquisa mais densa e a obtenção de dados mais aprofundados os quais excederiam a proposta deste artigo. No entanto, avalia-se as informações do local pesquisado de modo a conduzir os achados nominais para a reflexão mais acentuada no que toca às medidas de gestão pública municipal diante de um problema evidenciado no corrente cenário de crise, que de certa maneira sofre influência de aspectos inflacionários.

Em complemento, de acordo com Barbosa Filho (2017), não se pode eximir a relação dessa queda nas arrecadações com o ambiente de crise econômica no qual a sociedade brasileira tem vivido, e que interfere diretamente no processo de gestão de contas públicas.

Para entender-se essa redução nas arrecadações do MP é preciso refletir no que Rua (2012) trata quanto ao fato de que num instante de crise, os governos sempre se veem na necessidade de estabelecerem em suas agendas medidas pouco sociais para manterem a estabilidade econômica do país. Nesse sentido, os gestores por muitas vezes atuam na elevação de taxas de juros e entre outras ações de intervenção que afetam especialmente a vida das famílias mais carentes. A população, por sua vez, pode vir a atrasar o pagamento de impostos

e a contribuir para que a economia entre em recessão até pela perda do poder aquisitivo/poder de compra, o que também, conforme pontua Silva (2016), acaba por interferir na saúde das arrecadações públicas.

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS A PARTIR DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA COM A EQUIPE GESTORA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO

Por meio do processo de entrevista, especialmente junto ao prefeito municipal, ao secretário de finanças e à secretária de administração e planejamento, pôde-se traçar o perfil do trabalho que era desenvolvido pelos setores no campo da gestão das contas públicas no MP, como demonstra o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Representação dos principais trabalhos dos gestores nas contas públicas municipais

Atividade	Gestor
Planejamento dos gastos para a LOA e outros orçamentos	Prefeito, secretários de finanças e administração,
Reuniões costumeiras com as pastas de governo para representação dos limites de gastos	Prefeito, secretários de finanças e administração.
Acompanhamento dos processos licitatórios	Secretários de finanças, administração e controle interno
Responsabilidade pela prestação de contas e transparência	Secretário de finanças e controle interno
Empenhos, pagamentos controle das entradas de receitas	Secretário de finanças e controle interno
Orientação para controles de gastos	Secretário de finanças e controle interno
Diagnóstico das contas e elaboração de estratégias	Secretário de finanças

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

O Quadro 1 ajuda a entender que apesar do prefeito (à época) encontrar-se numa posição de gestor principal, a gestão dos gastos públicos municipais tinha a participação de vários outros setores, os quais adotavam os procedimentos padrões estabelecidos pelo sistema de governo. O que é caracterizado pelo segmento de uma estrutura, que na perspectiva de Motta (1986), relaciona-se com um modelo burocrático de gestão, o qual de certa forma demonstra um sistema de controle dentro da gestão pública, sendo de natureza institucional-administrativa (PAULA, 2005).

Tomando por base Malmegrin (2012), é perceptível que os processos realizados pelos gestores das contas públicas do local desenvolvem-se de forma padronizada com a presença de decisões em grande parte estruturadas, considerando-se a possibilidade de controlar as situações apresentadas e de designar soluções a partir de exemplos. De certo modo, identificou-se que, tal qual já observa essa mesma autora, as atividades de gestão realizadas acabavam por compreender uma forma de gerenciar um pouco menos concentrada, já que pelas informações obtidas ocorria a delegação de responsabilidades dos setores, no entanto,

notou-se pouca autonomia para o processo decisório por parte dos representantes das pastas (especialmente no caso das secretarias).

Retomando ao campo de estudo específico, identificou-se por intermédio dos gestores participantes, que o município se encontrava em situação de desequilíbrio em parte das contas públicas, o que se caracterizava-se por:

I- Redução nas entradas de recursos oriundos de outros entes federativos em todos os âmbitos das contas municipais, o que se confirmou nos dados oriundos da PM;

II- Situação de dívida junto aos outros entes federativos;

III- Caixa baixo para o pagamento de fornecedores e para a contratação de serviços e produtos;

IV- Dificuldade para pagamento de fornecedores ou limite de gasto de pessoal excedido;

Essas características ajudaram a demonstrar o que, de acordo com Silva (2016), costuma acompanhar a situação de desequilíbrio das contas públicas, aspectos que também estão em conexão com os dados oferecidos pela Tabela 1, que reproduz a queda nas arrecadações municipais no contexto do MP. Enfim, nesse caso, como já destaca Paoli (2000) se torna relevante a predominância da construção de decisões realmente democráticas, envolvidas pelo diálogo e pela democracia entre os gestores.

Em referência aos serviços diretos à população, que estão sendo afetados pela situação de desequilíbrio, pelo qual algumas contas do município passam, foram pontuados principalmente os referentes a:

I- Serviços de Saúde afetados pela falta de materiais básicos ao trabalho, dificuldade de contratação de pessoal, e dificuldade de aquisição de remédios;

II- Serviços de educação;

III- Serviços de coleta de resíduos e outros relacionados;

IV - Serviços de transporte escolar.

Essas limitações em muito se associam com a realidade de cidades menores e até maiores do Brasil nesses últimos anos, o que segundo o entendimento de Barbosa Filho (2017) acaba por reproduzir os impactos negativos da crise sobre as finanças públicas e a vida de muitos cidadãos. Isto culminou em dificuldade de gerenciar tais serviços, e em um momento como o de hoje o governo se vê tentado a privatizar e a buscar outras formas de eximir-se de sua responsabilidade sobre os serviços básicos à população (OLIVEIRA, 2000).

No que toca às possíveis estratégias já tomadas ou que se encontram em cogitação pela gestão municipal no intuito de equilibrar as contas públicas, foram apontadas as seguintes medidas entre as sugeridas (de forma propositiva) durante a entrevista, sendo essas colocadas em ordem de preferência para aquele momento, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Estratégias para equilibrar as contas públicas municipais

Estratégia Sugerida	Aplicada ou Não
1º Corte somente de despesas residuais como: aluguel de imóveis e de veículos	Sim
2º Corte provisório de gratificações a servidores.	Sim
3º Acordos e renegociações de dívida pública do município.	Sim -Durante 2017, o gestor municipal renegociou a dívida com vários seguimentos: Estado, União, empresas públicas e privadas, sociedades de economia mista, acordos com servidores e outras inadimplências.
4º Redução de ações ou serviços básicos que demandam investimentos.	Sim -De forma parcial, para dar continuidade aos atendimentos.
5º Reforma do Código Tributário do município para garantir a cobrança de taxas extras e legais, bem como contribuição por alguns serviços entre outros processos.	Não - A reforma ainda não havia sido aplicada à época, porque encontrava-se em processo de ajustes e de tramitação junto ao poder legislativo, mas é uma alternativa aceita.

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado na Prefeitura Municipal do MP (2018).

Quanto à cobrança de taxas extras e legais em: visitação a pontos turísticos, coleta de resíduos, iluminação pública, limpeza de lotes baldios (que tinham proprietários), emissão de documentos e outros, bem como no caso de outras políticas de otimização de receitas, tais como: aumento do Imposto Patrimonial Predial Urbano (IPTU), aumento do Imposto Sobre Serviços (ISS), aumento do Imposto Sobre Circulação e Mercadorias (ICMS), o governo do município dependerá imensamente da aprovação do novo código tributário, como bem é destacado na 5ª prioridade estratégica do Quadro 2.

É importante compreender que, como revelam os dados apresentados, os gestores das contas públicas do município não se encontraram alheios à condição que a crise trouxe às receitas desse lugar. Nada mais comum, como defende Silva (2016), de que medidas passem a serem tomadas nas instâncias federal, estadual, distrital e municipal para que os ajustes e a continuidade dos serviços públicos aconteçam, respeitando-se os princípios da LRF e outros dispositivos relacionados.

As medidas cogitadas para equilibrar as contas municipais vincularam-se especialmente à atualização do Código Tributário do local, o qual, em resumo, foi considerado como base para que quase todas as demais políticas de melhorias fossem implementadas. Nesse âmbito, percebeu-se a partir do que discorre Rua (2012), que o nível de governabilidade dos gestores do MP teria um grande impacto para a obtenção de apoio político e social necessário a fim de se aprovar e aplicar as medidas de otimização que já estavam à época em etapa de ajustes para um novo envio ao poder legislativo local.

Portanto, como salienta Keinert (2005), nessas condições de crise as contas dos municípios demandavam por soluções, que apesar de econômico-financeiras, possam ser as

mais sociopolíticas possíveis, o que se estende à realidade do local investigado, a qual compreendia um maior público de pessoas com rendimentos mínimos e que estavam carentes dos serviços oferecidos pelo governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo acabou por apresentar a realidade das contas públicas do município pesquisado (que se chamou pela sigla MP ao longo do estudo), as limitações sentidas pelos gestores públicos, e entre outros elementos que contribuiram para a resposta às questões do problema de pesquisa inicialmente apresentadas, bem como para a confirmação da maior parte das teorias erigidas quanto ao assunto.

Observou-se que a gestão de contas públicas acontecia por meio de muito esforço construído no intuito de, ao menos, garantir a funcionalidade de serviços básicos à população, os quais já eram grandemente afetados pela redução nos repasses financeiros realizados pelos demais entes federativos (Estado e União) e também pela queda nas arrecadações diversas dos fundos municipais.

Nesses serviços básicos, prejudicados pelo desequilíbrio das contas públicas, destacaram-se os ligados à educação, à saúde e à oferta de serviços de saneamento básico. Sendo esses aspectos carentes de uma atenção especial, uma vez que, por exemplo: a falta da coleta direta de resíduos sólidos colabora para o aumento de patologias ambientais e virais; a falta de material escolar colabora para a baixa qualidade no ensino público e para a indução ao processo de evasão escolar e entre outras problemáticas que podem gerar maiores custos ao governo no decorrer do tempo.

Percebeu-se que, as contas municipais, por sua vez, foram afetadas diretamente pela crise nacional, e até mesmo pela instabilidade política pela qual o Brasil passou nos últimos anos.

E ainda, evidenciou-se, de acordo com os gestores, que no campo das medidas para controlar o desequilíbrio das contas, a busca por valores judiciais a receber junto a grandes empresas que exploraram o município não acontecia devido ao fato de haver desconhecimento de eventuais dívidas desse porte, aspecto que também precisava de verificação.

Enfim, teve-se a fundamentação e a confirmação de quase todas as ideias levantadas, com exceção da que apontou para a passividade da gestão local quanto à elaboração de estratégias para sanar o problema. No entanto, verificou-se que, já eram cogitadas medidas para atualização do código tributário do município, o que poderia em muito ser útil para que a receita municipal fosse aumentada. Tudo isso vem a contribuir para o estudo de novas problemáticas relacionadas a esta pauta em municípios brasileiros, por exemplo, a análise do nível dos impactos que tais políticas de ajustes de impostos poderão ter na vida das pessoas

mais carentes de intervenção política e econômica.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. São Paulo, Brasil. **Estudos Avançados**, 31 (89), 2017. DOI: 10.1590/s0103-40142017.31890006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVr9y4v8tqZLJnDt/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições (70), LDA, 2011.

BRASIL (2005). **Lei de Responsabilidade Fiscal**: Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. 4ª impr. Brasília, Brasil. Senado Federal / Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70313/738485.pdf?sequence=>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 ago. 2018.

CASTILHO, N. M. **Os tribunais de contas e a boa gestão pública da política fiscal**. Fortaleza: Universidade Aberta do Noroeste, 2-16, 2016. Disponível em: https://www.tce.ce.gov.br/downloads/Controle_Cidadao/f5_-_controle_cidadao.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

COELHO, R. C. **O público e o privado na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC/CAPES/ UAB, 30-78, 2009.

DE OLIVEIRA, F. **A dominação globalizada**: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E. M.; Arceo; E. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales.*, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, Argentina, ISBN: 987-1183-56-9, 2006.

DENHARDT, R.B. **Ênfase em política pública e a nova gestão pública**. In: Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

FURTADO, J. R. C. Os regimes de contas públicas: contas de governo e contas de gestão. **Revista do TCU**, 109, 61-89, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=33427&t=series-historicas>. Acesso em: 10 dez. 2022.

KEINERT, T. M. M. Resenha do livro por uma nova gestão pública. São Paulo: **Revista o&s**, 12 (35), 2005.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 20-88, 2012.

MACHADO, F. S. S. **A crise de 2008: Desregulamentação, inovações e alavancagem financeira das economias capitalistas**. Dissertação de Mestrado. Programa de estudos pós-graduados em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2017.

MALMEGRIN, M. L. **Gestão operacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 30-198, 2012.

MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia?** São Paulo, Brasil: Brasiliense, 1986.

O GLOGO. União atrasa repasse e pode 'deixar' R\$ 2 bilhões para 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/uniao-atrasa-repasse-pode-deixar-2-bilhoes-para-2015-14556783>. Acesso em: 17 ago 2018.

OLIVEIRA, F. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Orgs.) Os sentidos da Democracia. Petrópolis: Vozes, 55-82, 2000.

PAOLI, M.C. (Orgs.) **Os sentidos da Democracia**. Petrópolis: Vozes, 83 -129, 2000.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 21-79, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL Do município pesquisado. **Portal da transparência**, 2018.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis, Brasil. Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012, 128 p.

SANTOS, B. S. **Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo**. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Orgs.) Os sentidos da Democracia. Petrópolis: Vozes, 55-82, 2000.

SANTOS, M. P. G. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012, 142p.

SILVA, A. R. **Gestão pública em saúde: a Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão pública**. São Luís, Brasil. UNA-SUS/UFMA, 2016.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – a pesquisa científica. In.: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre, Brasil. Editora da UFRGS, 31-42, 2009.

VASCONCELLOS Filho, P. Análise ambiental para o planejamento estratégico. **Rev. Adm. Emp.**

Rio de Janeiro, Brasil, 19 (2), 115-127, 1979.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis, Brasil. Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012, p. 160.